

JORGE TOLENTINO, MINISTRO DA DEFESA, ANUNCIA

# Forças Armadas em momento

» O ministro da Defesa, Jorge Tolentino, considera que os novos Estatutos das Forças Armadas (FA) serão “claramente revolucionários” e que farão um corte radical com o quadro em vigor. O novo instrumento prevê os postos de Major General e Brigadeiro e uma nova nomenclatura para as patentes da Guarda Costeira. Introduce a isenção de direitos aduaneiros na importação de veículos automóveis ligeiros para uso próprio de oficiais gerais e superiores e a consagração do uso e porte de armas para oficiais e sargentos.

■ Daniel Almeida

**A NAÇÃO - A reforma das FA começou há cerca de dez anos, com a implementação de mudanças internas. Qual é, neste momento, o ponto da situação da reforma?**

Jorge Tolentino – A reforma está a andar a bom ritmo. Há domínios que avançaram mais rapidamente e outros que têm conhecido algum atraso, ou alguma lentidão, no seu andamento. Nesta avaliação deve-se ter presente, em primeiro lugar, as condições de Cabo Verde e, em segundo, a natureza desta instituição muito concreta, que são as FA. Não é de um dia para outro que se consegue implementar um processo tão complexo, como é a reforma das FA.

De um modo geral, o balanço é positivo, tendo em conta uma dimensão que considero fundamental, que é a assunção do processo pelos próprios militares. Aqui há ganhos extraordinários em matéria de valores e, sobretudo, da assunção das FA como uma instituição republicana em toda a linha num Es-

tado de Direito Democrático, como é Cabo Verde, e este é um ganho que não se pode menosprezar.

**Quais são os sectores que não têm conseguido acompanhar o processo de reforma?**

Neste processo houve uma aposta em se fazer avançar, mais rapidamente, a Guarda Costeira (GC), que neste momento tem um diploma específico, que lhe confere um quadro de pessoal, a sua estrutura interna e a sua organização própria, o mesmo não acontece com a Guarda Nacional (GN). Estamos empenhados, neste momento, no processo de estruturação da GN.

**Qual será o papel da GN?**

A GN é definida no regime geral de 2006, como sendo a componente principal das FA. Ela destina-se a intervir em três domínios fundamentais, designadamente, a Polícia Militar, a componente naval através dos fuzileiros e supletivamente no domínio da segurança interna, sempre e quando se justificar.

**Estruturação da Guarda Nacional**

**Prevê-se então uma alteração das missões das FA?**

Não, não haverá nenhuma alteração, o que falta é criar o quadro legal que permita à GN cumprir cabalmente a sua missão. Neste momento está-

-se no processo de elaboração do diploma, que deverá ser publicado dentro de um mês e que será o diploma estruturador da GN definindo o seu quadro de comando, o quadro de pessoal e organizando as suas componentes.

**Como e quando é que perspectiva concluir a reforma nas FA?**

Não é possível definir um calendário, porque o processo de reformas não se reduz aos diplomas. Há diplomas que são da competência da Assembleia Nacional, outros da competência do Governo, mas, para além do quadro legislativo, há um outro conjunto de medidas e acções que têm de ser tomadas no dia-a-dia, e essas se traduzem num processo que se desenvolve ao longo do tempo. Se me falar da parte legislativa da reforma, acredito que num prazo máximo de dois anos concluiremos todo o pacote relativo a esse processo.

**Melhoria das instalações de aquartelamento**

**E no domínio das infra-estruturas e dos equipamentos, o que é que está a ser feito?**

Têm sido feitos vários investi-

“ Não é de um dia para outro que se consegue implementar um processo tão complexo, como é a reforma das FA. ”



PUB



**CONSIGO SEMPRE NOS AEROPORTOS  
E NA SUA REGIÃO DE VOO**

[www.asa.cv](http://www.asa.cv) - [info@asa.cv](mailto:info@asa.cv)





# de viragem



“ De umas FA que no passado tinham um património invejável, dos mais consolidados dentro deste país, ao longo dos anos assistiu-se à erosão desse património, e é isso que eu chamo desinvestimento. ”

mentos, designadamente em matéria de modernização das instalações de aquartelamento, em todas as três Regiões Militares, seja nas instalações para o funcionamento dos comandos e das estruturas de direcção, seja melhorias substanciais nas unidades e no que diz respeito aos paióis e armazéns de materiais militares. Mas há também um programa de investimento nos meios necessários para o funcionamento das FA, designadamente os meios de mobilidade e meios necessários para o funcionamento diário da instituição. Este é um processo que leva mais tempo, porque significa investimentos avultados e em alguns casos significa um investimento em sectores onde, ao longo dos anos, foi acontecendo o processo inverso, ou seja, de desinvestimento. De umas FA que no passado tinham um património invejável, dos mais consolidados dentro deste país, ao longo dos anos assistiu-se à erosão desse património, e é isso que eu chamo desinvestimento.

Como é que se prevê fazer tantos investimentos, sabendo de antemão que, ao longo

### dos anos, o crescimento do orçamento para as FA tem sido zero?

Temos que funcionar para lá do orçamento. Num país como Cabo Verde conseguir um aumento que seja para as FA é sempre uma luta tenaz. Temos que poder explorar todas as possibilidades em matéria, por exemplo, de cooperação internacional. E é nesta frente é que temos estado a trabalhar intensamente. Temos estado a cumprir um programa que foi definido cuidadosamente, de reforço das nossas relações com países que, objectivamente, podem significar algum contributo real para o desenvolvimento das FA. São os casos do Brasil, Angola, Portugal, China, Estados Unidos da América e Espanha.

### Novos Estatutos fazem corte radical com os em vigor

Na sessão plenária deste mês será apresentado um pedido de autorização legislativa para a revisão dos Estatutos das FA. O que é que se pretende com essa revisão?

Os estatutos, ainda em vigor, vão completar 17 anos de vida,

penso que é um período razoável para, primeiro, se avaliar o caminho percorrido, isso tem sido feito para se extrair lições do caminho percorrido e, sobretudo, para introduzir nas FA um conjunto de ganhos e de valores que foram sempre decantados ao longo desses anos. Os Estatutos de 1995 já não dão resposta às necessidades actuais das FA, mesmo no plano legislativo aconteceram passos importantes que têm, forçosamente, de reflectir-se ao nível dos Estatutos. É o caso do Regime Geral das FA, de 2006, e é, sobretudo, o caso do Conceito Estratégico de Defesa e Segurança Nacional, que é um documento que, claramente, introduz uma nova filosofia no tratamento das questões de defesa e segurança e essa nova filosofia tinha que ser acolhida ao nível dos Estatutos.

Os Estatutos que temos em vista serão, claramente, revolucionários. Fazem um corte radical com os Estatutos em vigor, trazem enormes ganhos para as FA e, sobretudo, significará um quadro inovador para o tratamento das questões que dizem respeito à condição, aos direitos, às regalias dos militares; mais ainda, ►



LINHAS AÉREAS DE ANGOLA  
ANGOLA AIRLINES



VINDA E VOLTA  
2 VEZES POR SEMANA

PRAIA-LUANDA-PRAIA		SAL-LUANDA-SAL	
Executiva	153.750\$00 CVE	1 Mês	65.450\$00 CVE
Económica	119.750\$00 CVE	45 Dias	84.250\$00 CVE
45 Dias	84.250\$00 CVE	1 Ano	119.750\$00 CVE
1 Mês	65.450\$00 CVE	Executiva	153.050\$00 CVE

LUANDA-PRAIA-LUANDA		PRAIA-S.TOMÉ-PRAIA	
Executiva	127.850\$00 CVE	Executiva	94.950\$00 CVE
Económica	97.350\$00 CVE	1 Ano	86.750\$00 CVE
45 Dias	71.350\$00 CVE	2 Mês	40.350\$00 CVE
1 Mês	54.350\$00 CVE	1 Mês	37.050\$00 CVE

S.TOMÉ-PRAIA-S.TOMÉ	
Executiva	79.850\$00 CVE
Económica	71.550\$00 CVE
2 Mês	33.050\$00 CVE
1 Mês	29.650\$00 CVE



significarão um corte e uma inovação profunda no tratamento da própria organização da carreira dos militares.

**Um dos pontos que chama a atenção é a introdução de isenção de direitos aduaneiros na importação de veículos automóveis ligeiros, para uso próprio de oficiais generais e superiores. Qual é o objectivo dessa medida?**

Com esses Estatutos queremos atingir um objectivo que é de recuperar caminho em matéria de direito e regalias para a instituição militar e concretamente para os seus integrantes. O que se tem verificado, ao longo dos anos, é uma perda em matéria de direitos para os militares. Basta comparar o poder de compra dos militares com o poder de compra real de servidores de outras corporações, que também têm relevância no sistema global de defesa e segurança nacional.

Não é possível no actual contexto trabalhar numa lógica de aumentos salariais. Não é possível no país real que temos, e nas condições internacionais das quais não podemos estar desligados, mas é possível, e é isso que temos em vista, trazer para a instituição castrense um conjunto de direitos e regalias que já são praticados em relação a outras corporações, designadamente a Polícia Nacional (PN). A questão de isenção de direitos alfandegários na importação de viaturas já está resolvida, há já alguns anos, para a PN e parece-nos correcto e justo que o mesmo aconteça com a instituição militar.

**Nesse caso, o leque seria alargado até que posto?**

O que temos discutido no Parlamento, com os Deputados, é um quadro que iria dos oficiais generais e superiores até à classe dos sargentos, aqui nas patentes de sargento-chefe e sargento-mor.

**Outro aspecto é consagração expressa do uso e porte**

**de armas para oficiais e sargentos. Esta intenção não colide com as medidas recentemente tomadas no sentido de se reduzir o número de armas que circulam no país?**

Não, não colide. Aliás, o que prevemos nos Estatutos têm sido calmamente compaginados com o projecto-lei de armas que está em elaboração. O que se prevê é o uso e porte de arma para oficiais generais e oficiais superiores, sargentos e praças, em alguns casos, que serão, caso a caso, avaliados e decididos pelo Chefe do Estado-maior.

### Novos postos

**Os novos Estatutos prevêm a inserção da categoria de oficiais generais e dos postos de major general e brigadeiro. Há condições efectivas para esse salto?**

Pensamos que sim. Tendo conta maturidade da instituição militar lida e apreendida a esse nível, não me parece que o haver ou não haver generais tenha necessariamente que ser relacionado com a dimensão do país ou com a dimensão das nossas FA. Há funções de soberania, e a defesa e segurança nacional é uma dessas funções que têm de ser cumpridas por qualquer Estado digno desse nome, independentemente da sua dimensão ou do seu tamanho específico. É importante que haja dentro das FA um chefe, que o seja, em função do cargo que exerce, mas também em função da diferenciação através da patente. O cargo de major general previsto é apenas um único caso.

Melhor dito, no modelo desenhado, previsto, o posto de major general é reservado, única e exclusivamente, ao Chefe do Estado Maior, e o posto de brigadeiro, esse sim, acontecerá em duas situações específicas: uma quando houver vice-CEMFA, que será promovido ao posto, enquanto nas outras situações isso acontecerá ►



Os Estatutos que temos em vista serão, claramente, revolucionários. Fazem um corte radical com os Estatutos em vigor, trazem enormes ganhos para as FA

## Ficha Técnica


**A Nação**

Ano V – nº 248 – Semanário – De 31 de Maio a 6 de Junho de 2012 - **Registo Legal:** Nº 03/2007 - **Propriedade:** Sociedade A NAÇÃO Cabo Verde, Ldª  
 Cidadela – Caixa Postal: 690 – Praia - Cabo Verde - Telefone (PBX): (+238) 262.86.77 - Fax: (+238) 262.85.05 - **E-mail:** alfa\_com@cvtelecom.cv  
**Director-Geral:** Fernando Rui Tavares Ortel

[www.anacao.cv](http://www.anacao.cv)

**Director:** Alexandre Semedo - **Telefones:** (+238) 310.46.03 / 05 / 08 - **Fax:** (+238) 262.72.30 - **E-mail:** jornalanaocv@gmail.com - **Redacção:** Daniel Almeida, Gisela Coelho e João Almeida - **Colaboradores Permanentes:** Albino Moreira, Luis Carvalho, Pedro Moreira - **Colunistas:** Clóvis Silva, Daniel Medina, Edson Medina, Geraldo Almeida, João Branco, Júlio Correia, Paulo Mendes, Márcia Souto Ferreira, Marciano Moreira, Donaldo Macedo, Lourenço Lopes e Antonino Veiga - **Tradutor:** Ramiro Silva - **Designers:** Andres Vince (projecto gráfico e coordenação) e Elias Borges - **Departamento Comercial, Distribuição & Marketing:** Alfa Comunicações: Edmira Correia – Marketing e Vendas; Lucilene Delgado (S.Vicente) - **EUA:** César Silva Leonel Brito e S. Santos - **Tiragem:** 5.000 Exemplares



“Um dos pontos da autorização legislativa é, claramente, a desindexação do salário do CEMFA dos salários dos titulares de cargos públicos.”

por graduação e serão situações em que haverá um oficial superior designado para uma missão internacional.

#### **Já existe um desenho para os novos postos da Guarda Costeira?**

Há uma proposta que está a ser consensualizada e já tivemos a oportunidade de apresentá-la aos deputados. A nova nomenclatura proposta para a GC é uma das grandes inovações dos Estatutos em preparação, porque busca diferenciar o pessoal da GC, tendo em conta a sua especialidade e a necessidade de lhe garantir essa especificidade ao nível dos postos, que serão diferentes dos da GN. Assim, estamos a prever o posto de capitão de mar equivalente a coronel; capitão de navio equivalente a tenente-coronel; capitão tenente equivalente a major; e o de primeiro-tenente de navio equivalente a capitão. Não se prevê o posto de almirante.

#### **FA sem PCCS**

##### **Haverá um novo PCCS para as FA?**

Um dos pontos da autorização legislativa é, claramente, a desindexação do salário do CEMFA dos salários dos titulares de cargos públicos. Há mais do que uma lógica meramente financeira, o raciocínio de fundo aqui é cortar as amarras dos pontos que ainda possam existir entre a instituição militar e o poder político. Desindexando o salário do CEMFA, automaticamente, tem de se

trabalhar numa grelha salarial própria, autónoma das FA, e é uma grelha que será publicada em anexo aos novos estatutos dos militares.

##### **Com efeitos retroactivos a Janeiro, à semelhança do PCCS na Função Pública?**

Não, o processo do PCCS é autónomo e estamos a fazer um trabalho que é independente, com lógicas bem diferentes.

##### **Mas entrará em vigor ainda este ano?**

Acredito que sim. Vamos ter a apreciação do projecto de autorização esta quinta-feira, dia 31, na Assembleia Nacional, prevendo que aconteça o melhor. Ou seja, com a aprovação desse projecto, os estatutos estarão prontos num horizonte máximo de dois meses, depois segue-se a aprovação em Conselho de Ministros. Acredito Setembro/Outubro, o mais tardar, já teremos o novo estatuto dos militares.

#### **Vigilância da ZEE**

##### **Em relação aos meios. Estão criadas as condições para uma efectiva vigilância da nossa ZEE (Zona Económica Exclusiva)?**

Estamos a trabalhar nesse sentido. Os meios disponíveis na GC são claramente insuficientes, são poucas unidades, algumas já com um elevado índice de vetustez e uma outra mais nova, o Guardião, que é um esforço extraordinário no erário público na aquisição desse novo navio. Estamos a traba-

lhar no sentido da aquisição de mais unidades, mas o fundamental para a lógica da protecção das águas territoriais é um trabalho em parceria com países amigos e organizações internacionais, que, igualmente, têm preocupações em matéria de segurança e estabilidade nesta região.

##### **Esteve recentemente no Brasil à procura de apoio para dotar a GC de meios aéreos. Esse objectivo foi alcançado?**

A visita ao Brasil foi extraordinariamente importante, não apenas para as FA, mas para o sector da defesa enquanto tal. Trabalhamos com o Brasil a lógica de uma parceria estratégica no domínio da defesa, que iria desde a formação de recursos humanos, o caso dos pilotos e da polícia militar e de outras especialidades para a GC. Com essa visita demos um passo gigantesco no domínio de equipamentos que têm que ver com aviões para a esquadilha aérea, mais concreta-

mente dois aviões Bandeirantes e estamos, do nosso lado, a manter uma pressão para que isto aconteça ainda este ano, mas é um processo que não depende apenas do Ministério da Defesa do Brasil, porque tem que ser sancionado ao nível do Congresso, em Brasília, e isto é moroso. O importante em relação aos aviões Bandeirante, é que queremos que eles venham com valências suficientes e necessárias para, por exemplo, serem úteis em situações de emergência médica. 

